

Plano e Orçamento 2010 – Educação e qualificação
Deputada Cláudia Cardoso
Horta, Sala das Sessões, 25 de Novembro de 2009

Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciámos a discussão do Plano e Orçamento para 2010, exercendo aquele que é, de entre todos, um dos mais nobres poderes desta Assembleia. No cumprimento da verdadeira democracia representativa procedemos à apreciação primeira do Plano que o Governo da Região se propõe executar. Trata-se do momento exacto da liturgia parlamentar no qual os legítimos representantes do povo ajuízam da afectação dos dinheiros públicos aos vários sectores governativos e da sua justiça relativa.

Da análise atenta do Plano e do Orçamento para 2010 pode inferir-se que se trata de um plano de continuidade e de constância. O que significa desde logo que nas circunstâncias de convulsão da actividade económica mundial em que vivemos o Governo se dispõe assegurar a manutenção do investimento público, aumentando-o mesmo em casos pontuais. Esta determinação louvável garantirá ainda que o flagelo do desemprego, ao contrário do que acontece noutras paragens, não se agigante e que o clima de confiança, consequentemente, se fortaleça.

Durante três dias de debate o Parlamento analisará estes dois documentos, que têm uma autoria que não se enjeita. Mas por serem da responsabilidade do PS não deve significar que sejam necessariamente maus para os outros partidos. As diferenças partidárias não nos devem transformar em míopes convictos, mas em propositores construtivos. Exorto-os pois a abandonarem o lamento costumeiro de que “nós não governaríamos assim”, e a certeza, quantas vezes patética, de que fariam todos, sem excepção, o seu exacto contrário.

Para os deputados do PS o que resulta é a certeza de que trabalhamos sobre documentos que privilegiam a continuidade sem esmorecer na ambição política. Teremos a vantagem em relação à oposição de lhes conhecermos os genes, de os termos visto crescer, e de nos reconhecermos nas suas orientações globais. Porém, não nos movem assomos de paternidade partidária, mas o desenvolvimento dos Açores e o bem-estar dos açorianos.

Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo

Um dos factores consensualmente aceites como motor de desenvolvimento é a qualificação duma sociedade. A educação e a aprendizagem ao longo da vida têm um papel determinante na

estratégia económica e social dos países. Na União Europeia traça-se o exacto paralelo entre os níveis de qualificação dum país e o seu desenvolvimento. Portugal está entre os países que mais investe em educação, sem que este se veja necessariamente replicado ao nível dos resultados obtidos. Assombrado ainda pelo fraco ponto de partida, com décadas de atraso em relação a outros países da União Europeia.

De acordo com o “Eurostat Regional Yearbook” de 2009 entre os indicadores que demonstram o nosso desfasamento em relação ao cenário europeu destacam-se os baixos índices de frequência do ensino secundário, que contrastam com os dos países nórdicos, a exemplo da Suécia e Dinamarca; a frequência da educação pré-escolar das crianças de 4 anos que, ao nível da UE se situa perto dos 90%, em cumprimento da meta traçada pela Comissão Europeia para 2020, mas com discrepâncias significativas entre os vários países, entre os quais se inclui Portugal; a frequência da educação superior que revela que, em 2007, 58% da população com idades entre os 20 e os 24 anos na União Europeia a frequentava, enquanto que, em Portugal, esta percentagem desce para os 30% e para menos se considerarmos as regiões.

A aprendizagem ao longo da vida definida pela Estratégia de Lisboa como forma de assegurar a contínua adaptabilidade e empregabilidade dos trabalhadores é um passo seguro neste sentido, bem como o

Programa Novas Oportunidades, para que, com urgência, se alterem as taxas de participação na aprendizagem da faixa-etária dos 25 aos 64 anos. Só assim Portugal será capaz de cumprir o previsto no programa de Educação 2010 e na estratégia de empregabilidade europeia.

Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo

A educação é um desígnio nacional, de sucessivos governos, mas poucos o tem concretizado com a densidade que merece e com o rigor que se exige; com a urgência que o investimento colossal no sector pressupõe e o desenvolvimento do país requer.

Portugal não deve aceitar o insucesso escolar nem a mediocridade instalada como uma fatalidade histórica, mas como um obstáculo a superar. A escola a tempo inteiro, a educação para todos só é possível com um bom sistema de apoio social, capaz de esbater as diferenças que quantas vezes criam clivagens insuperáveis nas nossas escolas e decisivas para os nossos alunos.

A qualidade do nosso sistema educativo depende do que fizermos por ele. E assenta em 5 pilares fundamentais: rigor na formação inicial de professores, criterioso acesso à carreira, enfoque nos aspectos essenciais do ensino, destaque ao ensino das matérias básicas e à

respectiva avaliação, revalorização do conhecimento e do esforço. A que só depois acresce a escrupulosa definição dos tempos de aprendizagem, e a fundamental qualidade das infra-estruturas, dos equipamentos e dos materiais utilizados.

Trata-se afinal da educação enquanto primeiro factor de desenvolvimento e de modernidade. Que possibilita o prosseguimento sustentado de projectos educativos, sem alienar a importância capital da língua materna e da Matemática; que atende e valoriza a inclusão do ensino artístico, e a quem não basta ser inclusiva, mas deve ser seguramente potenciadora da igualdade. Já indagava Cícero “que maior ou melhor coisa poderemos oferecer à república, do que ensinar e instruir a juventude?

**Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo**

O Plano e o Orçamento para o sector da educação são documentos que atendem às necessidades do sistema educativo e que asseguram a manutenção do investimento dos anos anteriores em termos substantivos. A política educativa regional não esmorece no investimento em infra-estruturas escolares, nem se coíbe de o reforçar ao nível do seu fundamental apetrechamento. Assegurando ainda o investimento ao nível da formação profissional, reforçando-o no apoio

social aos alunos, na consolidação do currículo regional, e na implementação de projectos pedagógicos, de entre os quais se destaca a avaliação do sistema educativo regional.

A política educativa nos Açores, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se em cumprimento de objectivos prioritários que estão, na sua esmagadora maioria, hoje ultrapassados pelo que urge encetar novos objectivos que complementem a excelente rede infra-estrutural que já possuímos. De acordo com o já definido nas OMP devemos avançar para o apetrechamento das escolas da Região com uma rede de informação em linha; garantir o acesso directo das escolas, por via informática, aos catálogos das bibliotecas regionais; pôr em prática o trabalho desenvolvido pelas equipas que conceberam o currículo regional; e consolidar o processo de avaliação externa das escolas. A execução destas medidas constituir-se-á como um segundo patamar do desenvolvimento do sistema educativo regional.

Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo

O investimento global no objectivo **“Melhorar as Qualificações e as competências dos açorianos”** é de 194 milhões de euros, correspondendo a 24% do total do Plano, o que representa um crescimento de 22,5 milhões de euros (6,6%) em relação ao Plano para

2009, e equivale a 24,6% do valor previsto nas Orientações a Médio Prazo.

Este objectivo compreende 7 programas, sendo que o primeiro, «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo», é um dos mais bem dotados, num montante que ascende a 58,8 milhões de euros. Este investimento revela uma intenção clara de continuar a dotar todos os concelhos da Região com infra-estruturas educativas de qualidade, e que deve ser necessariamente cruzada com o facto de estarem ainda em fase de conclusão diversas obras. Num esforço que traduz o cumprimento escrupuloso dos compromissos eleitorais assumidos em muitas ilhas e do previsto na Carta Escolar.

O projecto «**Construções escolares**» dispõe de uma dotação na ordem dos 39,3 milhões de euros e contempla investimentos significativos como sejam as acções «Reparação e adaptação ao ES da EB 2,3 Vila Franca do Campo» com 4,7 milhões de euros, a «Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça» com 8,6 milhões de euros, a «Construção da Escola Básica 2,3 Francisco Ferreira Drumond», na ilha Terceira, com 6,6 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 10% relativamente ao ano transacto, e a «Construção da Escola Básica das Lajes das Flores». Investimentos que perfazem um esforço superior a 20 milhões de euros, num crescimento de 17%

relativamente ao Plano para 2009, e que denuncia a aposta persistente do Governo na melhoria da rede escolar.

A par destas avançarão as empreitadas das Escola Básica e Secundária de Velas, em S. Jorge, e da Escola Básica e Integrada de Água de Pau, em S. Miguel, acompanhadas da requalificação de parques desportivos em diferentes escolas dos Açores.

No âmbito do mesmo programa destaca-se o projecto «**Equipamentos escolares**» com uma dotação de 2,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 700 mil euros, cerca de 39% relativamente ao Plano para 2009, na reconfirmação de que também por esta via se promove o sucesso educativo.

Outra condição indissociável da promoção da escola inclusiva é o apoio social aos alunos que tem a correspondente dotação orçamental neste Plano, na ordem dos 11 milhões de euros, a que acresce o cumprimento do disposto na recém-publicada Portaria n.º 95/2009, de 11 de Novembro, que assegura a distribuição de frutas e legumes pelas escolas do 1º ciclo.

Destaco ainda a criação de um novo percurso curricular de recuperação da escolaridade, como forma de promoção da escola inclusiva. A criação do **Programa Oportunidade** de nível I tem o

intuito de recuperar alunos que sistematicamente não completam o 1º ciclo com aproveitamento e que tenham perfeito 10 anos até ao início do ano escolar seguinte. Estes alunos terão condições de ensino reforçadas, estarão inseridos em turmas mais pequenas e serão acompanhados por dois professores em cada disciplina. Esta medida permitir-lhes-á, pelo prosseguimento duma matriz curricular específica, o acompanhamento dos alunos da mesma faixa etária, já integrados numa escola do 2º ciclo. No entendimento de que o ensino tem a obrigação de acompanhar os menos favorecidos e de lhes apresentar percursos alternativos, não sendo razoável retê-los sem lhes proporcionar ajudas especiais e vias alternativas, porventura mesmo que menos exigentes.

Senhor Presidente da ALRAA
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhora e Senhores Membros do Governo

Estamos perfeitamente conscientes do que nos falta fazer na educação da Região, mas estamos seguros de que fomos capazes de inovar e de desenvolver o sistema educativo regional. Não reduzimos porém a política educativa a um mero caderno de encargos, nem alocámos o investimento em educação do lado da despesa. O sucesso destas medidas colhe o aplauso nacional e mesmo a sua réplica. E exceptuando o período sombrio em que o PSD/CDS governaram na República teve uma aplicação ajustada. Não descuramos erros de

percurso nem enjeitamos responsabilidade nos insucessos, mas temos orgulho do muito que fizemos bem e a bem dos açorianos!

O sentido de voto de alguns dos partidos da oposição está condicionado. Depende da aprovação das suas propostas de alteração, como se apenas pela inclusão destas se pudesse transformar o que é mau, na sua opinião, em algo de bom. Arredios, os partidos da oposição não mudam a mão Plano após Plano. Mas é aqui neste parlamento o lugar onde o debate acontece e os votos se fundamentam. Já não basta vender banha da cobra na véspera das eleições ou prometer a propositura a que depois aqui se furtam. O PSD repescou as ideias do debate anterior que o mofo não foi capaz de corroer, e poliu-as com novo fôlego. Mas não basta! As propostas de alteração hão-de fazer a cosmética conveniente da sua participação, mas serão incapazes de disfarçar o incómodo.

No Parlamento mais colorido de sempre o arco-íris empalidece e definha a cada dia. As promessas de iniciativa são afinal projectos avulsos. Uns inúteis, outros megalómanos. Uns despropositados, outros irrealistas. Sem peso nem medida. E nem mesmo o PSD, que tem especiais responsabilidades como partido com vocação de governo, se parece preocupar com a demagogia vendida à resma.

Este novo PSD tem maus fígados e péssimo perder. Desdenha das iniciativas do Governo, escarnece do cumprimento das suas prioridades. É desavindo por princípio, e ressabiado por convicção! Tudo o que vem do Partido Socialista não parece vir por bem. É um PSD de algibeira, traz no bolso uma tirada agressiva e um punhado de números. E critica o povo que nos escolheu. Dirão sem peias que somos do piorio. Excomungarão o betão e lamentarão o investimento, com espírito de empreiteiro zeloso ou de ourives entretido com o miligrama, até esquecer de que cor era verdadeiramente a pedra.

Nós não nos assustamos com o betão, mas sabemos como pode ser insuficiente. Queremos obra e queremos resultados!

O caminho que fazemos é seguro e determinado. Com os alunos no centro das nossas preocupações. Porque o futuro se constrói hoje em muitas escolas desta Região. A matéria de que é feito seca com a inexorável passagem do tempo. A acção é urgente, a determinação uma inevitabilidade! Há dois milénios atrás os gregos e os romanos já haviam descoberto que os alunos deviam ser o fulcro do ensino. Cabe-nos hoje persistir nesta evidência!

O nosso desenvolvimento depende da qualificação da nossa população. Todos os dias, em muitos lugares, centenas de docentes e milhares de crianças encontram-se para aprender. Aos políticos cabe a

suprema responsabilidade de criar as condições ideais para que este encontro seja bem sucedido. Exigir menos do que isso não serve! Cabe-nos a todos, sem exceção, fazer mais e fazer, sobretudo, melhor!

Disse.